

A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA SOB A ÓTICA DO SISTEMA MULTIPORTAS

Resumo

Izadora Caroline Costa
Luiz Paulo Dammski

A pesquisa desenvolvida objetiva avaliar a efetivação do acesso à justiça sob a ótica do sistema multiportas, tendo em vista que a judicialização de demandas vem crescendo ao longo dos anos no cenário brasileiro. De acordo com o Relatório Justiça em Números 2018, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, neste ano o Judiciário continha 80,1 milhões de processos em tramitação, pendentes de solução definitiva. Durante o mesmo ano foram propostas 29,1 milhões de novas demandas, sendo baixadas somente 31 milhões. O congestionamento do Poder Judiciário acarreta na viabilidade deste proporcionar o acesso à justiça material, mediante provimento de uma resposta célere e eficiente aos jurisdicionados. O princípio da inafastabilidade da jurisdição é assegurado no ordenamento jurídico brasileiro como direito e garantia fundamental, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. Desta forma, todo indivíduo possui o direito de acesso à justiça, podendo recorrer-se ao Judiciário mediante lesão ou ameaça a direito, a fim de que a matéria seja apreciada e posteriormente julgada por um juízo competente e investido de jurisdição. A tutela jurisdicional, todavia, não deve se limitar apenas a garantir o poder de propositura da ação, mas também propiciar a resolução adequada das controvérsias, para que haja a promoção e a realização do direito material, ou seja, possibilitar o efetivo acesso à justiça. Por esta razão, aborda-se neste estudo o paradigma da judicialização e as propostas dos métodos alternativos, a partir da concepção do sistema multiportas de justiça. O sistema multiportas tem o intuito de disponibilizar métodos variados de resolução de conflitos. Esses métodos não visam excluir a figura do Judiciário para o julgamento de demandas, mas sim possibilitar formas diferentes para a pacificação de controvérsias, que possam ser mais eficazes para atender as particularidades do caso concreto. Com efeito, a perspectiva de que o Estado deve apenas se limitar a assegurar o acesso formal à jurisdição estatal é ultrapassada, visto que, atualmente, é responsabilidade do poder público garantir diferentes formas para a solução dos conflitos. Por esta razão, foram introduzidos de métodos variados para a pacificação de conflitos, por intermédio de políticas públicas de consensualização do Poder Público, que atribuem aos métodos autocompositivos caráter prioritário para a resolução de controvérsias. Nesta perspectiva, cabe ao Estado simultaneamente promover o acesso à instância jurisdicional e estimular os jurisdicionados a utilizar formas diferenciadas para a composição do conflito. Essa ótica tem como objetivos proporcionar a tutela efetiva do direito, a partir de mecanismos satisfatórios e aptos ao caso concreto, e promover a pacificação social.

Palavras-chave: Judicialização; Acesso à Justiça; Sistema Multiportas; Consensualização do Poder Judiciário; Pacificação social.